

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA  
EDUCAÇÃO- CACS FUNDEB 25/10/2023**

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões Paulo Freire da secretaria municipal de educação de Ubatuba, localizada na Rua Gastão Madeira, 101, ocorreu a reunião conjunta do Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS do FUNDEB e do Conselho Municipal de Educação - CME, tendo como pauta a prestação de contas do terceiro trimestre de 2023. A sra. Josiane Almeida, que estava representando o sr. Arnaldo da Silva Alves, secretário de educação do município recebeu a agradeceu a presença de todos. Ela iniciou a apresentação apresentando o orçamento geral da prefeitura, de R\$ 630.000.000,00, dos quais já foram arrecadados R\$ 439.554.985,24. Apresentou o orçamento da educação, que ficou em R\$ 186.832.228,27, dos quais R\$ 101.009.862,69 estão orçados para serem utilizados em remuneração dos profissionais, R\$ 3.800.000 para serem utilizados para cobrir o déficit atuarial e R\$ 6.220.488,93 com residual do FUNDEB, sobrando R\$ 75.801.876,65 para demais ações. Apresentou então a discriminação das receitas de impostos municipais, com valor total orçado de R\$ 208.120.200,00 e arrecadado até o período R\$ 148.428.558,99; de impostos federais, com valor orçado de R\$ 71.510.000,00 e arrecadado de R\$ 54.421,676,28 e; de impostos estaduais com valor orçado de R\$ 74.340.000,00 e arrecadado de R\$ 55.907.873,10. Prosseguiu discorrendo sobre as receitas vinculadas de transferências e convênios de origem estadual, com valor orçado de R\$ 3.272.820,00 de valor arrecadado, sem qualquer arrecadação até o período em análise, e de origem federal, com valor orçado de R\$ 16.861.600,00 e arrecadados R\$ 10.486.104,32. Discorreu brevemente sobre os recursos do salário educação (QSE), do Projeto Nacional de Apoio a Alimentação Escolar- PNAE, do Projeto Nacional de Apoio ao Transporte Escolar-PNATE, o Projeto Dinheiro Direto na Escola-PDDE, este das escolas que não possuem uma unidade executora estabelecida, e sobre o valor que veio para custear as quadras escolares, estas já concluídas, e que a secretaria buscara informações da possibilidade de remanejar este recurso para outra ação, como chegou a ocorrer no passado com um recurso que foi originalmente repassado para custear um barco, e pôde ser remanejado para custear um ônibus. Ela explicou que muitos recursos advindos de outras esferas, como emendas, podem levar muito tempo para serem repassados, razão pela qual ações que se mostrem mais urgentes acabam sendo custeadas com recursos do tesouro. Prosseguiu então falando das aplicações dos recursos próprios em ensino, com a aplicação mínima constitucional orçada para o ano em R\$ 88.492,550, com valor arrecadado de R\$ 64.689.527,09, e

previsão atualizada de aplicação do recurso do FUNDEB de R\$ 77.500.000,00 e com valor arrecadado de R\$ 61.029.958,80, apresentando por fim os valores que deste, serão utilizados R\$ 54.250.000,00 na remuneração dos profissionais de educação, e destes, R\$ 42.720.971,16 já foram arrecadados. Encerrou a parte de receitas apresentando a arrecadação do FUNDEB mês a mês, ilustrando com um gráfico a forma irregular com a qual o recurso é transferido, havendo diferença considerável do valor transferido entre um mês e outro. Iniciou então a apresentação das despesas do terceiro trimestre, iniciando com uma planilha resumida das despesas dos vinte e cinco por cento constitucionais, separados por despesas com ensino fundamental, infantil e com as retenções do FUNDEB, que juntos totalizavam R\$ 58.270.509,11 de valor liquidado, representando 22,52% do valor arrecadado. Apresentou então a tabela com as despesas do FUNDEB, separadas por pagamentos de profissionais da educação e outras ações, cujas despesas liquidadas totalizavam R\$ 55.256.661,72, 90,54% do valor arrecadado, e 87,87% por cento do valor arrecadado aplicado na remuneração dos profissionais da educação. A sra. Josiane explicou que o fato do índice dos vinte e cinco por cento estarem no patamar que estão não é motivo de preocupação, pois é comum que estas despesas aumentem no fim de ano, e sejam balizadas pela secretaria para que tanto este como o FUNDEB atinjam os índices que a legislação exige. Explicou ainda que as informações da prestação se baseiam no orçamento da pasta da educação, explicando que as decisões do poder executivo, como o pagamento do piso, assunto muito discutido nos últimos meses, baseiam-se no orçamento geral da prefeitura, levantado pela secretaria municipal de Fazenda e Planejamento, que é a pasta responsável pelas finanças do município. Prosseguiu então apresentando o detalhamento das despesas por fonte, discriminando valores orçados, empenhados, liquidados e efetivamente pagos, que somadas, totalizavam R\$ 119.362.134,88 de valor liquidado, prosseguindo pelo detalhamento das despesas por ação e fonte. Acrescentou que dentre as fontes, acredita em uma arrecadação maior do que o previsto do QSE, e ressaltou a importância do planejamento para que as ações da pasta tenham o resultado esperado, falando das reuniões que estão sendo realizadas com a equipe, a fim de alinhar melhor as ações e atribuições de cada setor, e que dessa forma, o senhor secretário está buscando otimizar o trabalho da secretaria. Apontou que a educação é uma secretaria de atividade fim, com impacto direto ao município, e que secretarias de atividade meio tem influenciado e ainda tentam influenciar as decisões da primeira, sendo que a essa caberia apenas a forma como as ações fins deveriam ocorrer, e não se vão ocorrer. Observou que apesar dos grandes números apresentados, é pouco aparente o impacto deste, pontuando que ainda falta o direcionamento correto deste recurso para ações com verdadeiro impacto. Falou das obras sendo realizadas em creche, a fim de atender uma parte da demanda do município. A

sra. Luciana falou sobre a Creche Ana Paula, que contava com um espaço aberto ótimo para os alunos, mas que está com a qualidade desta ameaçada, pois terá de expandir sua área construída para atender as demandas do ministério público. A sra. Josiane falou da necessidade da educação se emponderar e se posicionar mais, a fim de conservar aquilo que tem de pontos fortes. Encerrou sua apresentação com os valores de despesas totais consolidados. A sra. Ana Tereza falou das formações que tem participado junto ao sr. Augusto, pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, e que através dessas foi esclarecido que a lei dita que as prestações de contas do valor do Fundeb, do residual deste e de demais ações, devem ser feitas de forma separada; que profissionais eventuais não podem ser remunerados com o Fundeb e; que os valores que de fato importam são os efetivados. A sra. Josiane falou que a prestação que elaborou seguiu o modelo que já costumava ser feita pela equipe anterior, mas que não teria problemas em adequar as próximas, conforme demanda dos conselhos, esclarecendo que o Fundeb residual do ano anterior foi utilizado em sua totalidade em folha de pagamento. Quanto aos documentos de valores efetivamente aplicados, explicou que estão todos disponíveis no portal da transparência, e que ela mesma não costuma ir a secretaria de Fazenda para conferí-los por esta razão. A sra. Ana Teresa falou também do chamado que abriu ao MEC quanto ao valor divergente averiguado no SIOPE, que gira em torno dos R\$ 9.000.000,00, e que este já se tornou uma sindicância. Explicou que após tomarem conhecimento desta divergência, ela e o sr. Augusto demonstraram muita preocupação da destinação deste recurso, e que na posição de conselho que aprova ou não este relatório, temem que este tenha sido desviado em algum momento do passado. A sra. Josiane disse achar pouco provável que este seja o caso, pois a verba é direcionada para fim específico, e que a legislação é muito clara sobre isso. Falou que já esteve lotada na secretaria de Fazenda, e que o programa do SIOPE de fato apresenta problemas. Disse então que os dois fizeram bem em acionar o MEC, pois o programa só permite a correção de lançamentos anteriores quando “provocado”, e que dessa forma, a Fazenda terá condições de fazer as devidas correções. Por fim, a sra. Josiane questionou os conselhos quanto a seu parecer diante da prestação de contas. A sra. Ana Teresa se posicionou pela aprovação com ressalvas, pois não tem tido apoio do poder público com a execução de suas funções como conselheira. O sr. Augusto também se posicionou pela aprovação com ressalvas, pois além do já pontuado pela sra. vice presidente do conselho, não tem tido apoio quando das formações presenciais, e também pelo fato do executivo não estar atendendo ao piso nacional do magistério. Os demais conselheiros do CACS Fundeb demonstraram concordância com a posição do seu presidente e vice, com exceção da sra Ana Maria, que se posicionou pela aprovação em sua totalidade, pois no tocante ao período em análise, os valores e

explicações prestadas lhe estão claros. A sra. Maria do Carmo, presidente do conselho municipal da educação se posicionou pela aprovação total, cabendo observar, entretanto, que a secretaria precisa melhorar seu planejamento, com mais ações que envolvam os conselhos ligados a pasta. Com a aprovação com ressalvas por parte do CACS, e aprovação por parte do CME, não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata.

  
Maria do Carmo  
M. do Carmo  
  
Francisco Gaspar  
Francisco Gaspar